



PARECER JURÍDICO

[Handwritten signature]

Processo Administrativo nº. 061/2021

Pregão Eletrônico nº. 042/2021 – Registro de Preços

Objeto – Aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza e consumo, destinados à manutenção da Câmara de Vereadores do Município de Lidianópolis, para o período de 12 (doze) meses.

I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, visando a aquisição, conforme descrito acima.

Por solicitação do Presidente da Câmara de Vereadores, vêm para análise e manifestação da Procuradoria, em cumprimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei 8.666/93, os autos do processo em epígrafe, para verificação dos aspectos jurídicos-formais.

Em síntese, é o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, deve-se ressaltar que a análise desta Procuradoria incide exclusivamente sobre os aspectos jurídicos do instrumento convocatório do certame (minuta do edital) e da ata de registro de preços, não sendo atribuição do órgão analisar atos procedimentais da fase interna ou elaborar juízo de valor da pretensa contratação, sendo de responsabilidade dos agentes públicos competentes a regularidade do procedimento, veracidade das informações, justificativas postas nos autos e demais providências orçamentárias.

Aliado a este entendimento, lembro que a Comissão de Licitação e a Administração em geral, esta como contratante, devem estar atentos quando da escolha da modalidade a ser licitada, observando os princípios e mandamentos esculpidos na Lei nº 8666/93.

Ressalto que o prévio planejamento administrativo no que tange ao consumo e aos gastos também é corolário do princípio da eficiência (artigo 37, caput, CFRB/88).

[Handwritten signature]



Explicado isto, passamos a verificar a adequação da licitação às leis correspondentes.

No que concerne ao objeto licitado, cumpre esclarecer que esta Procuradora Jurídica analisou a formalidade referente ao procedimento a ser utilizado, uma vez que a descrição dos itens escapa à matéria de conhecimento do profissional da área jurídica.

Consoante preconiza o art. 3º, em seu inciso II, da Lei nº 10.520/2002, as especificações técnicas do objeto devem ser precisa, suficiente e clara, destacando-se que devem ser evitadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias. Assim, se a descrição do objeto for apta a apontar determinada marca, deverá ser retificado, pois vedada a indicação de marcas.

Verificada a fase preparatória (Art. 3º, Lei 10.520/02), é certo dizer que o legislador não delimitou o valor para a aquisição de bens e serviços comuns, os quais puderam ser objetivamente definidos pelo edital, de forma precisa e clara, autorizando-a em montante desejado.

Quanto ao aspecto da lei do pregão, tal modalidade optada foi acertada, estando o legislador a autorizar a aquisição de bens e serviços, nos termos do art. 1º, da Lei de Pregão.

Importante frisar que a orientação existente nos Tribunais de Contas, inclusive do Paraná, é no sentido de que a Administração Pública deve adotar como regra o pregão eletrônico, sendo que a adoção do presencial somente deve se dar quando o eletrônico não for viável, sendo apresentadas as justificativas para tanto.

No presente caso está sendo adotado o pregão eletrônico, de modo que não há observações quanto a isso.

A fase preparatória do pregão deverá observar os elementos definidos pela referida legislação, justificativa sobre a necessidade de contratação, definição do objeto do certame, requisitos de habilitação, critérios de aceitação das propostas, sanções por inadimplemento, cláusulas contratuais e fixação do prazo para fornecimento e pagamento. Necessário constar ainda, o orçamento elaborado pelo departamento competente dos bens ou serviços a serem licitados.

O ato administrativo deve ser motivado com indicação dos fatos e seus fundamentos.



A autoridade competente justifica a necessidade de realização da licitação no item 2.2 da minuta do edital.

Destarte, não há que se opor a escolha da autoridade, cabendo apenas recomendar cautela para que, não se imponham dificuldades para a participação do certame, resultando em efetiva restrição da competitividade. Deve o gestor visar sempre os melhores meios para atingir o interesse público que, no caso das licitações, cinge-se à seleção da proposta que apresente maiores vantagens à administração.

Ressalta-se a orientação do Tribunal de Contas do Estado:

(...) para que a administração selecione a proposta mais conveniente ela pode e deve se utilizar de todos os meios legais para tanto, diversificando as fontes de informação, especializadas ou não quando a necessidade assim requerer, a fim de chegar ao valor de baliza para a sua contratação quer seja por licitação ou de forma direta" (Acórdão 4624/17 – Tribunal Pleno).

Neste ponto, a Administração Pública deve proceder pesquisa de preço de mercado do objeto da futura contratação, sendo a cotação ampla e atualizada. A pesquisa de preço não pode se restringir a cotações realizadas junto a potenciais fornecedores, devendo ser aplicado outras fontes de parâmetro, tais como contratações similares realizadas por órgãos ou entidades públicas, portais oficiais de referenciamento de custos, mídias e sítios eletrônicos especializados.

As diligências devem ser demonstradas no processo, a fim de que a autoridade administrativa possa certificar-se de que o preço apresentado seja realmente condizente com a prática de mercado.

De mais a mais, forçoso advertir que a regra é a adoção de licitação por item, notadamente quando o objeto é divisível, que é o caso do processo licitatório em análise.

Registre-se ainda, que os documentos de habilitação devem estar em conformidade com o disposto nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, a fim de que não restrinjam a competitividade do certame, sendo possível concluir que todos os critérios de participação necessitam estar fundamentado na legislação.

A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que trata das microempresas e empresas de pequeno porte, foi assimilada na minuta do edital.

Assim, antes de concluir o presente parecer, RECOMENDO que a Equipe de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiro observem atentamente a RECOMENDAÇÃO



ADMINISTRATIVA nº 03/2018 do Ministério Público do Estado do Paraná - Grupo Especializado de Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa (GEPATRIA), a fim de que a definição dos preços máximos, bem como, os parâmetros utilizados na licitação reflitam a realidade dos preços praticados no mercado para bens ou serviços que se pretendam adquirir.

Corroborando com isso, o inciso IV do artigo 43 da Lei 8.666/93 determina que os preços da proposta vencedora da licitação deverão estar de acordo com os praticados no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda, com os constantes do sistema de registro de preços.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, atendidas as orientações feitas neste parecer, entendo preenchidos os requisitos legais, bem como a aplicação das Leis Federais nº.s 8.666/1993 e 10.520/2002.

Consigno que a responsabilidade pelas justificativas apresentadas, veracidade destas e opções feitas são da Autoridade competente.

É o parecer que submeto a apreciação da autoridade superior.

Lidianópolis, 02 de setembro de 2021.


CAROLINA GHELLER BANDEIRA
Procuradora Jurídica
OAB/PR 68.762